

Companhia de Saneamento Municipal -CESAMA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL – CESAMA é uma empresa pública Municipal de Juiz de Fora, criada pela Lei nº 7.762/90 e regida pela Lei Municipal 13.473/2016, pelas Leis Federais 6.404/76, 11.445/2007 e a Lei das Estadais 13.303/2016. Com patrimônio próprio, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, de duração indeterminada. Com objeto social de planejar e executar o sistema público de abastecimento de água e esgotamento sanitário visando à universalização do acesso, sem prejuízo da sustentabilidade econômico-financeira a longo prazo, em cumprimento à política de gestão e às regras regulatórias do setor ditado pelo Poder Executivo municipal, titular do serviço de saneamento. Sendo o valor das Tarifas regulados pela ARSAE – Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais.

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas sobre a égide da Estrutura Conceitual, objetivando fornecer informações para a tomada de decisões, sendo estas apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em simetria com os Pronunciamentos Contábeis (CPC) além de estar alinhada com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, bem como em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e atualizadas por seus dispositivos. A companhia vem adotando o pronunciamento CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado por entender ser um demonstrativo de grande importância para a sociedade. A companhia adota as avaliações e os procedimentos necessários para a apresentação das demonstrações contábeis em conformidade com novas Práticas contábeis.

Essas demonstrações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A administração da Companhia autorizou a conclusão da presente demonstração contábil em 31 de março de 2020, avaliando como evento subsequente os efeitos causado pela pandemia do COVID 19 no município de Juiz de Fora que decretou situação de emergência. Com isto a Companhia vem adotado medidas de redução dos custos e alongamento de obrigações para suportar os impactos no aumento da inadimplência e possível redução do faturamento.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do Balanço, não ultrapassando o valor de mercado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas, e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

b) Contas a receber

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água e pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável. Uma provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis. No exercício de 2019 foi aprovada a política de cobrança de débitos regulamentada através da Resolução 12/2019. A inadimplência em 30 dias é superior a 30% e vai reduzindo ao longo do tempo chegando num período de um ano a média de 2%, isto muito em função do corte só ocorrer após 60 dias.

c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa:

A metodologia de cálculo da PCLD de 2019 foi apresentada e aprovada em reunião da Diretoria Executiva com base nas contas a receber vencido nos anos de 2009 a 2019. Esta metodologia detectou que a inadimplência percebida por período analisado corresponde a 2% do montante acumulado a receber, portanto a PCLD para 2019 será de R\$ 7.569.

d) Estoques de materiais

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto, bem como aqueles destinados a projetos, estão demonstrados ao custo médio de aquisição, e estão classificados no ativo circulante.

e) Créditos tributários

Os créditos tributários são calculados considerando as consequências fiscais atuais e futuras, também de diferença temporária tributável no futuro, de acordo com a determinação das práticas contábeis adotadas no Brasil.

f) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos do valor de depreciação. Relativamente as depreciações e amortização são calculadas de acordo com o método levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e às taxas de depreciação referidas na nota 9. A companhia não realizou o estudo de recuperabilidade de seus ativos, estudo este que esta sendo realizado através de contratação de empresa especializada para a realização do estudo em 2020.

g) Intangível

O intangível é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente levando em consideração o tempo de vida útil e as taxas de amortização demonstradas na nota 10.

h) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração

do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento dos títulos de dívida. Este é reconhecido e incluído no patrimônio líquido, líquido dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. O valor contábil da opção de conversão não é reavaliado em exercícios subsequentes.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

i) Salários e encargos sociais

Os salários, provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares, quando negociados em acordos coletivos de trabalho, com os encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

j) Provisão para contingências

São constituídas provisões para fazer face às contingências e obrigações legais potenciais, sendo as mesmas calculadas, tendo por base a correspondente probabilidade de perda baseada na opinião de seus assessores jurídicos. A Companhia constitui provisão para contingências, nos montantes considerados necessários para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho desfavorável de processos trabalhistas, tributários, cíveis e ambientais, os quais estão em andamento.

k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda, registrado no resultado, é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente – 15% acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 mil anuais. A partir de maio de 2010 a Companhia obteve liminar favorável a suspensão da obrigatoriedade do recolhimento do imposto de renda. Neste sentido, a CESAMA não realizou o recolhimento do imposto de renda devido. Mesmo com liminar favorável a Companhia continua a realizar o cálculo do IRPJ, o valor apurado do IRPJ registrado diretamente no resultado e em contrapartida na conta do IRPJ a recolher no passivo não circulante, o valor de R\$ 76.083 de 2010 a 2019.

A contribuição social, registrada no resultado, é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

l) Juros sobre capital próprio

Os juros a pagar a acionistas calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 foram registrados no resultado do exercício, na rubrica despesas financeiras, conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados.

m) Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, quando aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de cobrança duvidosa e provisão para outros riscos e encargos. A liquidação das transações envolvendo essas

estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes aos processos de elaboração e revisão dessas estimativas. A Companhia revisa as suas estimativas, no mínimo, anualmente.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa; e
- Provisão para contingências.

n) Reconhecimento de receita

Receita de Serviços: as receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência, as receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. São reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação destes serviços e são apresentadas líquidas dos impostos sobre o valor agregado, devoluções e descontos incidentes sobre as mesmas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impontualidade de clientes (multa).

A Companhia reconhece a receita quando: I) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; II) é provável que os valores serão arrecadados; III) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e IV) os bens e serviços são entregues.

Receita de Contrato com Cliente CPC 47: a Companhia avaliou e não possui ativos de contrato, assim não adotou o CPC 47 / IFRS 15 com aplicação a norma na data inicial de 1º de janeiro de 2019.

o) Instrumentos financeiros

Aplicações Financeira: A Companhia tem como pratica histórica fazer aplicações de baixo risco. As aplicações são realizadas com o intuito de manter a valorização dos recursos, são detidos e gerenciados num modelo de negócios cujo o objetivo é de recolher apenas fluxos de caixa contratuais (juros e principal) subsequentemente mensurados ao custo amortizado, de acordo com o CPC 48.

Clientes: As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, são mensurados pelo preço de transação no reconhecimento inicial e subsequente, determinado pelo CPC 47. O ativo é classificado e mensurado pelo custo amortizado pois gera fluxos de caixas que são exclusivamente para pagamento de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia fatura os serviços de água e esgoto mensalmente com vencimento médio de 10 dias.

Fornecedores: A Companhia não financia compras com fornecedores e seus prazos médios de vencimento são de 30 dias. É mensurado inicialmente pelo valor de transação que corresponde ao seu valor justo e subsequentemente ao custo amortizado. Além de possir uma política de pagamento que contempla a antecipação aos fornecedores.

p) Arrendamentos

A companhia avaliou os impacto na aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IRFS 16 sobre as demonstrações financeiras, identificando e separando os contratos que são isentos de reconhecimento (curto prazo, baixo valor) todos que atendem aos quesitos da norma. Sedo os isentos registrados como despesa e os demais como Ativo de arrendamento no valor líquido de R\$ 569.

q) Contas de Destinação Especifica

Foi desenvolvido pela Agência Reguladora (ARASE - MG), no processo de revisão tarifária de 2016, o conceito de Contas de Destinação Específica para reservar recursos a serem utilizados em áreas específicas, visando a melhoria da eficiência na prestação do serviço. Estes recursos, obtidos através da aplicação de percentuais sobre a Receita Tarifária de Aplicação (Calculada pela aplicação das tarifas de aplicação sobre o mercado faturado, deduzidos das vendas canceladas), devem ter um tratamento regulatório e contábil diferenciado, para viabilizar o cumprimento de metas. O percentual total de 23,901% sobre o Faturamento da Tarifa de Água e Esgoto, para abastecer estas Contas de Destinações Específicas foram divididas em 6 grupos: Manutenção 6,317%, Treinamento 0,06%, Programa Controle de Perdas 1%, Proteção a Mananciais 1,25%, Tarifa Social 2,362% e Investimento Incentivado 12,912% depositados em contas vinculadas (Nota Técnica CRFEF 06/2016).

Os valores das Receitas e Despesas oriundas das Contas de Destinação Específica deverão ser excluídos da Base de Cálculo dos Dividendos, dos Juros Sobre Capital Próprio e da Participação no Resultado ao Empregados, conforme previsto no artigo 3º parágrafo 8º da Resolução ARSAE-MG 79/2016.

4. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades estão demonstradas como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Fundo Fixo	-	-
Banco	2.081	762
Aplicações financeiras	104.440	72.226
	106.521	72.988

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário, emitidos por bancos de 1ª linha, possuem rentabilidade indexada à taxa do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, tendo liquidez diária. Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado.

5. Créditos e contas a receber de usuários

	31/12/2019	31/12/2018
Valores a receber de usuários	39.050	35.762
Valores a receber partes relacionadas	4.741	4.915
Usuários não identificados (1)	(181)	(353)
Total Contas a Receber	<u>43.610</u>	<u>40.324</u>
Outros recebimentos	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.570)	(8.001)
	<u>36.040</u>	<u>32.323</u>

(1) A conta "usuários não identificados" representa valores recebidos no banco ainda não baixado no sistema da Companhia

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	2.254	12.210
Vencidos até 30 dias	11.252	9.762
Vencidos de 31 a 60 dias	2.321	2.913
Vencidos de 61 a 90 dias	1.618	1.261
Vencidos de 91 a 120 dias	873	666
Vencidos de 121 a 150 dias	575	518
Vencidos de 151 a 180 dias	557	439
Vencidos acima de 180 dias	19.600	7.993
	39.050	35.762

5.1. Contas a receber de partes relacionadas

Os valores relativos a contas a receber com partes relacionadas estão assim demonstrados:

Nome	31/12/2019	31/12/2018
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	4.632	4.848
Departamento Municipal de Limpeza Urbana	109	67
Total	4.741	4.915

6. Estoque de materiais

O estoque da Companhia é composto de material de consumo e insumo, a saber:

Nome	31/12/2019	31/12/2018
Material Escritório	51	62
Material de Limpeza e Conservação	10	10
Equipamento de Segurança	27	36
Peças e Acessórios para veículos	39	44
Produtos Químicos	394	283
Ferramentas	19	18
Material Utilizado na manutenção (a)	3.402	2.600
Uniformes	54	72
Materiais para consumo	128	50
Materiais para usinagem	312	-
Total	4.436	3.175

(a) Os estoques de material utilizado na manutenção referem-se basicamente materiais hidráulicos, elétricos e material de obra utilização na manutenção do sistema de água e esgoto pela Companhia.

7. Outros valores realizáveis

A Conta outros valores realizáveis de longo prazo em 31 de dezembro, estão assim demonstrados em mil Reais:

	31/12/2019	31/12/2018		31
Adiantamento a Terceiros	2.009	2.009	Adiantamento a Terceiros	
Adiantamento Empregados	279,00	367	Adiantamento Empregados	
Convênio a Receber	5	2	Convênio a Receber	
Parte Relacionadas	-	2	Parte Relacionadas	
Outros Créditos	1	-	Outros Créditos	
	2.294	2.380		

8. Impostos a recuperar

8.1.Circulante

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	31/12/2019	31/12/2018
IRRF s/ aplicações	2.964	2.309
Pasep	-	22
Cofins	1	100
Antecipação de imposto de renda	627	1.081
Antecipação de contribuição social	530	388
INSS	48	48
Impostos e Contribuições s/conta água/esgoto	<u>1</u>	<u>1</u>
Total	<u>4.171</u>	<u>3.949</u>

9. Imobilizado

	<u>31/12/2019</u>			<u>31/12/2018</u>	
	Depreciação				
	Taxas anuais de depreciação %	Custo	acumulada	Total Líquido	Total Líquido
Terrenos		1.665	-	1.665	1.665
Edificações	4	12.451	(11.317)	1.134	1.290
Valor Justo de Edificações	1,43	19.058	(3.009)	16.049	16.321
Veículos	20	3.344	(3.273)	71	89
Máquinas equipamentos	10	8.336	(7.635)	701	984
Ferramentas	20	124	(124)	-	-
Móveis e Utensílios	10	620	(490)	130	145
Equipamentos Informática	10	412	(81)	331	177
Sistema de Água	4	188.897	(86.400)	102.497	107.681
Sistema de Esgoto	4	88.022	(40.652)	47.370	48.130
Inversões Fixas		247	-	247	247
Instalações Investimento Incentivado	4	42.479	(2.472)	40.007	25.122
Obras em Execução Investimento Incentivado		28.596	-	28.596	19.281
Obras em Execução		47.857	-	47.857	47.701
Benfeitorias em Terceiros	10	1.830	(805)	1.025	1.130
Total		<u>443.938</u>	<u>(156.258)</u>	<u>287.680</u>	<u>269.963</u>

A depreciação do exercício apropriada ao resultado, foi de R\$ 10.862 (R\$ 10.037 em 2018) como custo na atividade e despesas gerais.

Os itens de Instalações investimento incentivado e obras em execução investimento incentivado foram criadas pela Agência Reguladora para agrupar os investimentos que devem ter um tratamento regulatório diferenciado.

9.1. Movimentação do custo

Descrição	Taxa de Depreciação a.a				Crédito PIS	
		31/12/2019	Adições	Baixas	COFINS	31/12/2018
Custo						
Terrenos		1.665	-	-		1.665
Edificações	4%	12.451	-	-		12.451
Valor Justo de Edificações	1,43%	19.058	-	-		19.058
Veículos	20%	3.344	-	-		3.344
Máquinas equipamentos	10%	8.336	21	(1)		8.316
Ferramentas	20%	124	-	-		124
Móveis e Utensílios	10%	620	18	-		602
Equipamentos de Informática	10%	412	183	-		229
Sistema de Água	4%	188.897	4.779	-	(3.890)	188.008
Sistema de Esgoto	4%	88.022	2.608	-	(433)	85.847
Inversões Fixas		247	-	-		247
Instalações Investimento Incentivado	4%	42.479	19.383	-	(3.071)	26.167
Arrendamento		972	973	-		
Obras em Execução investimento incentivado ^a		28.596	9.371	(56)	-	19.281
Obras em Execução ^a		47.857	156	-		47.701
Benfeitorias em Terceiros	10%	1.830	-	-	(29)	1.859
Total Custo		444.910	37.492	(57)	(7.423)	414.899
Depreciação Acumulada						
Edificações		(11.317)	(156)	-		(11.161)
Valor Justo Edificações		(3.009)	(272)	-		(2.737)
Veículos		(3.273)	(18)	-		(3.255)
Máquinas equipamentos		(7.635)	(303)	-		(7.332)
Ferramentas		(124)	-	-		(124)
Móveis e Utensílios		(490)	(33)	-		(457)
Equipamentos de Informática		(81)	(29)	-		(52)
Sistema de Água		(86.400)	(6.073)	-		(80.327)
Sistema de Esgoto		(40.652)	(2.935)	-		(37.717)
Benfeitorias em Terceiros		(805)	(76)	-		(729)
Depreciação Investimento Incentivado		(2.472)	(1.427)	-		(1.045)
Arrendamento		(404)	(404)	-		-
Total da Depreciação		(156.662)	(11.726)	-	-	(144.934)

(a) Obras em Execução destinadas ao aumento da capacidade de produção para atender à demanda dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

As baixas tanto do exercício de 2018, quanto do exercício de 2019, referem-se ao sucateamento natural dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

10. Intangível

10.1. Composição dos saldos

Em 31 de dezembro, o intangível estava demonstrado como segue:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2019	31/12/2018
	a.a.		
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial	4%	1.070	1.070
Concessões de Uso		1.984	1.984
Programa de Informática		939	967
Desenvolvimento Software		1.915	1.869
Total custo		5.908	5.890
Depreciação acumulada			
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial		(821)	(784)
Programa de Informática		(41)	(21)
Total depreciação		(862)	(805)
Total líquido		5.046	5.085

10.2. Movimentação do custo

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2018	Adições	Baixas	Crédito PIS COFINS	31/12/2017
						31/12/2017
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial	4% a.a.	1.070	-	-	-	1.070
Concessões de Uso		1.984	-	-	-	1.984
Programa de Informática		967	70	-	(5)	902
Desenvolvimento Software		1.869	27	-	-	1.842
Total custo		5.890	97	-	(5)	5.798
Depreciação acumulada						
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial		(784)	(43)	-	-	(741)
Programa de Informática		(21)	(17)	-	-	(4)
Total depreciação		(805)	(60)	-	-	(745)
Total líquido		5.085	37	-	(5)	5.053

12. Fornecedores e Empreiteiros

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Companhia. Em 31 de dezembro os saldos estão assim demonstrados:

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedor	1.495	512
Empreiteiro	4.728	5.417
Locação equipamentos	404	98
Total	6.627	6.027

Empresas especializadas na execução de obras na área de saneamento.

13. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2018			31/12/2018		
	Circul.	Não Circ.	Total	Circul.	Não Circ.	Total
Em moeda nacional						
BDMG - 150.739/11	609	3.574	4.183	600	4.075	4.675
BDMG - 181638	3.678	11.925	15.603	3.600	15.155	18.755
CAIXA 0182288-92/07	165	2.062	2.227	160	2.232	2.392
CAIXA 0056597-36/18	-	1.624	1.624	-	-	-
BNDES	1.097	894	1.991	1.080	1.988	3.068
CEF - Capital de Giro	1.000	-	1.000	1.000	1.000	2.000
Total	6.549	20.079	26.628	6.440	24.450	30.890

	Encargos anuais	Período inicial	Vencimento Final	31/12/2019	31/12/2018
Em moeda nacional					
Investimentos em obras					
BDMG - Soma	8% + IPCA	16/09/2011	16/09/2026	4.183	4.675
BDMG - 181638	7% + IPCA	20/04/2016	20/03/2024	15.603	18.755
CAIXA 0182288-92/07	6% + FGTS	28/12/2007	28/12/2030	2.227	2.392
CAIXA 0056597-36/18	9% + FGTS	31/03/2019	06/08/2038	1.624	-
BNDES - Adutora	1,92% + TJLP	29/10/2012	12/11/2021	1.991	3.068
CEF - Capital Giro	0,4% + CDI mês	29/01/2016	28/12/2020	1.000	2.000
				26.628	30.890

As garantias dos empréstimos e encargos é a arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto.

14. Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	31/12/2019	31/12/2018
INSS retido na Fonte	125	116
ISS retido na Fonte	141	-
IRRF	504	505
PASEP	186	200
COFINS	863	926
ISSQN	11	120
Retenção Contribuição Lei 10.833	29	30
IRPJ	65	65
CSLL	12	297
Total	1.936	2.259

15. Outros passivos

A Conta outros débitos em 31 de dezembro, estão assim demonstrados:

	31/12/2019	31/12/2018
Ordenados e Salários	-	4
PR	485	399
SENAI	11	11
Convênio SESI	42	43
Convênio SENAI	28	28
Previdência Social	1.058	1.102
FGTS	351	361
Depósito Judiciário	(2)	(10)
SENAI Treinamento	71	76
SESI Assistência Social	65	77
Décimo Terceiro e Encargos	11	27
Cauções de terceiros	83	130
Valores a restituir usuários	3.248	2.823
Outros Valores exigíveis	2.145	1.270
Total Curto Prazo	7.596	6.341
Retenções P/responsabilidade solidaria	336	335
IRPJ (Ação Imunidade)	76.083	59.146
Total Curto Prazo	76.419	59.481
Total	84.015	65.822

16. Obrigações por Concessão de Uso

A Conta outras obrigações em 31 de dezembro, estão assim demonstrados em mil Reais:

	31/12/2019	31/12/2018
Concessão de Uso (a)	1.985	1.985
	1.985	1.985

- (a) A conta concessão de uso corresponde a contratos de cessão realizados entre a companhia e outros órgãos públicos, onde a CESAMA ocupa áreas cedidas por órgãos públicos sem ônus, apenas os custos de manutenção são custeados pela CESAMA.

17. Provisão para contingências

17.1 Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A CESAMA mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer face a questões trabalhistas e cíveis nas quais a Companhia é ré. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte forma:

	Dépositos Judiciais		Provisões para contingências	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Cível (a)	37	91	6.214	4.550
Trabalhista (b)	249	235	217	333
	286	326	6.431	4.883

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

- (a) A provisão cível refere-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, desapropriações, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços etc.
- (b) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intra-jornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.

17.2 Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia discute outras ações para as quais tem expectativa de desfecho favorável. Para essas ações, não foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa.

Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, em 31 de dezembro de 2019, R\$ 30.010

Os detalhes sobre os processos com probabilidade de perda possível, são os seguintes:

- (a) Os processos cíveis referem-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, desapropriações, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços etc.
- (b) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intra-jornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.

18. Benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, o qual inclui planos de contribuição definida, administrados pela BRADESCO MULTIPENSIONS, entidade fechada de previdência complementar.

18.1 Plano de Contribuição Definida

São planos de benefícios pós-emprego pelos quais uma entidade empregadora/patrocinadora paga contribuições fixadas a uma entidade separada (um fundo) e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relativos ao serviço dos empregados no período corrente e em períodos anteriores; ou seja, a obrigação legal ou construtiva da entidade empregadora/patrocinadora é limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo; em consequência, o risco atuarial (que os benefícios serão inferiores aos esperados) e o risco de investimento (que os ativos investidos serão insuficientes para satisfazer os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

19. Instrumentos financeiros

a. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber à vista e a curto prazo, que resultam diretamente de suas operações. A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

(i) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e depósitos.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Risco cambial

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, consequentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap” para se proteger desse risco.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com

base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para eventuais perdas na sua realização.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente.

(iii) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos no mercado local. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais. Os financiamentos destinam-se a obras de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto.

b. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

20. Partes relacionadas

20.1 Prefeitura Municipal de Juiz de Fora

A Companhia é controlada diretamente pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora com 99,99% das ações e de forma indireta através do Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DEMLURB com 0,01% de ações, totalizando 100% das suas ações.

O detalhamento do saldo de contas a receber de órgãos públicos e os valores faturados no exercício de 2019 estão demonstrados na nota 5.1.

As operações com empresas associadas decorrem de fornecimentos mútuos para financiamentos necessários a suas atividades.

As operações com empresas associadas, relacionadas à atividade operacional da Companhia, foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes e seus saldos patrimoniais podem ser assim demonstrados:

Companhia de Saneamento Municipal	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante		
Contas a receber	4.741	4.915
	<u>4.741</u>	<u>4.915</u>
Ativo não circulante		
Imobilizado - Cessão de uso (a)	1.985	1.985
	<u>1.985</u>	<u>1.985</u>
Total ativo	<u>6.726</u>	<u>6.900</u>
Passivo circulante		
Cessão de uso (a)	1.985	1.985
	<u>1.985</u>	<u>1.985</u>
Total passivo	<u>1.985</u>	<u>1.985</u>

- (a) Os montantes de cessão de uso são referentes a imóveis utilizados pelas partes relacionadas, onde a Prefeitura utiliza o imóvel da CESAMA localizado na Av. Independência lojas 992 e 994 e em contrapartida a prefeitura cede o imóvel localizado na Avenida Getúlio Vargas nº 1001 e 8º andar do Edifício Adhemar Resende de Andrade situado a Avenida Rio Branco 1843.

20.2 Operações com pessoal-chave da administração

Os diretores que pertencem ao quadro de empregados possuem os mesmos benefícios dos demais empregados da CESAMA.

A Cesama adota política de remunerações variáveis a seus diretores e pessoal chave que em 2019, conforme condições previstas nos respectivos contratos determinaram provisão no montante de R\$ 536 e em 2018 o valor de R\$ 546 reconhecidos em rubrica própria.

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 161.000, representado por 161.000.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Acionistas	Quantidade de ações	%
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	160.984	99,99%
DEMLURB	16	0,01%
	<u>161.000</u>	<u>100,00%</u>

21.2 Reserva Capital

O saldo da conta Reserva Capital não sofreu qualquer alteração em 2019, permanecendo o valor de R\$ 1.416.

21.3 Reserva Legal

A reserva legal tem sido constituída em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76 e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 o montante constituído foi de R\$ 2.221 totalizando ao final um saldo de R\$ 13.503.

21.4 Reserva Para Plano de Investimentos

A Reserva para Plano de Investimentos tem sido constituída sobre o saldo remanescente de Lucro Acumulados depois das devidas destinações Legais e Estatutária que em 2019 representou R\$ 40.898 totalizando ao final um saldo de R\$ 116.448.

21.5 Reserva de Incentivos Fiscais

A reserva de incentivos fiscais tem sido constituída dos repasses governamentais, em 2019 o valor da receita de subvenção foi de R\$ 134 sendo transferida para esta reserva passando o saldo a ser de R\$ 4.184.

21.6 Dividendos

As ações têm direito a dividendos mínimos de 6% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

Para atender a essa disposição estatutária, a administração entende que os juros sobre capital próprio propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2019
Lucro Líquido	44.430
Reserva Legal (5%)	(2.221)
Subvenções	(134)
Tarifa Subsidiada	(61.677)
Despesas Tarifa Subsidiada	24.308
Base de Cálculo dos Dividendos	<u>4.706</u>
Dividendos	1.176

22. Receita operacional líquida

A receita bruta da companhia é decorrente de dois segmentos de negócios, do serviço de abastecimento de água potável e o esgoto sanitário, que estão distribuídos a saber:

	31/12/2019	31/12/2018
Serviços de Água		
Tarifa de Água	138.848	129.526
Ligações	4.389	3.342
Cortes e Sanções	46	26
Ampliações Redes	9	382
Outros Serviços Técnicos	246	250
	<u>143.538</u>	<u>133.526</u>
Serviços de Esgoto		
Tarifa de Esgoto	89.695	82.534
Ligações	97	82
Ampliações Redes	538	475
Outros Serviços	2	48
	<u>90.332</u>	<u>83.139</u>
Receita Bruta	<u>233.870</u>	<u>216.665</u>
Cancelamentos	(4.222)	(2.720)
Pis sobre faturamento	(3.854)	(3.563)
Cofins sobre faturamento	(17.819)	(16.464)
ISS sobre Serviços	(160)	(139)
Receita Líquida	<u>207.815</u>	<u>193.779</u>

23. Custo dos serviços prestados

Os custos incorridos com a prestação de serviços de água e esgoto podem ser assim demonstrados:

	31/12/2019	31/12/2018
Custos dos Sistemas		
Sistema de Água		
Pessoal	12.841	6.585
Material e Insumos	5.460	5.799
Serviços de Terceiros	11.709	10.435
Despesas Gerais	17.703	14.606
Depreciações e Amortizações	7.299	6.476
	55.012	43.901
Sistema de Esgoto		
Pessoal	1.561	1.868
Material e Insumos	1.018	800
Serviços de Terceiros	3.628	2.702
Despesas Gerais	858	679
Depreciações e Amortizações	2.735	2.687
	9.800	8.735
Total dos Custos do Sistema	64.812	52.636

24. Despesas gerais e administrativas

As despesas Gerais e Administrativas estão demonstradas como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Administrativas		
Pessoal	53.139	61.610
Materiais e Insumos	1.508	1.609
Serviços	8.325	7.996
Depreciações / Amortizações	1.453	934
Baixa de Créditos/PCLD	(432)	3.333
Energia Elétrica	339	290
Provisão P/Contingência	1.548	1.305
	65.880	77.077
Gerais		
	1.485	1.053
Total	67.365	78.130

25. Imposto de renda e contribuição social

25.1 Imposto de renda

A Companhia impetrou Ação Ordinária obtendo liminar favorável a suspensão da obrigatoriedade do recolhimento do IRPJ, alegando condição de empresa pública municipal responsável pela distribuição, coleta, tratamento de água potável e esgoto, devendo ser protegida pela imunidade tributária prevista no art.150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal de 1988. Em maio de 2010 foi deferida Tutela Antecipada pela Juíza Federal Titular da 3ª Vara de Juiz de Fora a favor da Companhia, ação esta que se encontra no Tribunal Regional Federal da Primeira Região para conclusão. Neste sentido, a CESAMA não contabilizou e não recolheu o IRPJ devido a partir do mês de maio de 2010 até o encerramento do exercício. O valor apurado em 2019 foi de R\$ 17.278, o valor apurado até a presente data é de R\$ 76.083 que esta registrado na conta no Passivo de Longo Prazo IRPJ

25.2 Contribuição social

O valor registrado como despesa de Contribuição Social nas Demonstrações financeiras está calculado conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	73.666	60.096
Adições		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
Provisão para contingências	1.664	1.305
Apoio institucional	46	55
Outras Adições	107	49
	<u>1.817</u>	<u>1.409</u>
Exclusões		
Reversão para crédito de liquidação duvidosa		
Receita de Subvenções	134	236
Reversão para contingência	548	-
Juros sobre capital próprio	5.432	3.531
	<u>6.114</u>	<u>3.767</u>
Base de Cálculo	<u>69.369</u>	<u>57.738</u>
Aliquota - 9%	6.243	5.196
	<u>6.243</u>	<u>5.196</u>

26. Seguros

A Companhia não mantém contratos de seguros para coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multiriscos sobre seus ativos e responsabilidades, há apenas contratos de seguros para seus veículos, incorrendo em coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multiriscos para os demais ativos e responsabilidades.

Não ocorreram durante o exercício perdas significativas decorrentes dos riscos acima mencionados.

Companhia de Saneamento Municipal – CESAMA

André Borges de Souza
Diretor Presidente

Rafaela Medina Cury
Diretor Financeiro e Administrativo

Márcio Augusto Pessoa Azevedo
Diretor Técnico Operacional

Marcelo Mello do Amaral
Diretor de Desenvolvimento e Expansão

Robson Dutra Ferreira
Contador
CRC-MG 070057